

NEWSLETTER

Justiça na Transição Energética

Número 1 - Janeiro de 2026

Este é o primeiro número da nossa newsletter e nasce com um objetivo claro: acompanhar, de forma crítica e qualificada, os principais fatos que impactam a transição energética no Brasil. Nesta edição de janeiro, reunimos os acontecimentos mais relevantes do último mês que dialogam diretamente com o projeto.

A proposta da newsletter é destacar não apenas o que aconteceu, mas porque isso importa para a construção de uma transição que seja ambientalmente responsável, socialmente justa e comprometida com a redução das desigualdades. A cada edição, vamos sistematizar informações estratégicas, apontar riscos, contradições e oportunidades, e oferecer subsídios para reflexão, incidência e tomada de decisão.

Guerra por petróleo: Trump ataca Venezuela

O ano de 2026 inicia com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, atacando a Venezuela. A ofensiva foi justificada pelo governo norte-americano como resposta a “ameaças à segurança e ao regime de Nicolás Maduro”, mas Trump admite que o interesse é o acesso ao petróleo pelas empresas petrolíferas estadunidenses. "Sob nossa nova estratégia de segurança nacional, o domínio americano no Hemisfério Ocidental nunca mais será questionado. Não vai acontecer. (...) Sob a administração Trump, estamos reafirmando o poder americano de uma forma muito poderosa em nossa região", declarou Trump em pronunciamento no último dia 3 em sua residência em Mar-a-Lago, na Flórida.

Em 5/1, na reunião do Conselho de Segurança da ONU, EUA nega guerra e alega que não “haverá intervenção ao país”, publica a [CNN](#). Para o secretário-geral da ONU, António Guterres, o “momento grave” criaria um “precedente sobre como deve ocorrer a relação entre países”.

No artigo publicado no [Le Monde Diplomatique](#) sobre o papel estratégico da Venezuela na geopolítica energética global, de março de 2025, as especialistas trouxeram que as gigantescas reservas de petróleo da Venezuela a tornam essencial no equilíbrio energético global com a guerra Rússia-Ucrânia e sanções a Moscou e o país é ator estratégico na concorrência energética fóssil global. As autoras previram sanções, guerra híbrida e disputas por seus recursos.

Devido à urgência de se debater a soberania venezuelana e o caráter imperialista da ação dos EUA, pouco espaço foi dado aos potenciais impactos ambientais e climáticos deste movimento. Marcos Leite, na [Folha](#), conversou com especialistas da [SEEG](#) e estimou que as reservas da Venezuela poderiam contribuir com cerca de 150 bilhões de toneladas de CO₂, o equivalente a 10 anos das emissões totais do setor.

Entretanto, a situação é de muita incerteza e parece que faltou o Trump combinar com as petroleiras. O próprio Trump reconhece que será necessário muito investimento por parte das empresas para extrair o petróleo venezuelano, porém, segundo análise de Alexander Kaufman no [Heatmap News](#) o petróleo bruto fechou 2025 a US\$ 69 o barril, o preço mais baixo desde 2020, devido a uma “crise” de excesso de oferta. A matéria conclui que não será fácil para as petroleiras convencerem seus acionistas a investir na Venezuela.

Essa avaliação dialoga com a análise apresentada por Louis Jacobson na [Al Jazeera](#). O autor comenta que uma condição básica para investimentos é a estabilidade política e econômica, algo difícil de se esperar na Venezuela no curto e médio prazo. O artigo ainda pondera que, com o barateamento dos carros elétricos chineses e sua crescente exportação, a situação de excesso de oferta de petróleo dificilmente será alterada em um futuro próximo.

[A Pública](#) traz uma entrevista com o economista e co-diretor do Centro de Pesquisa Econômica e Política (CEPR), Mark Weisbrot. Para ele, o Trump não aceita que as mudanças climáticas são o resultado do uso de combustíveis fósseis e busca a produção nos Estados Unidos, como se fosse um investimento. Mas, Weisbrot vê que esse interesse não é somente petróleo, mas sobre poder na América Latina.

O [Globo](#) traz a análise de especialista que acreditam que, se Trump cumprir a promessa de aumentar a produção de petróleo na Venezuela, pode-se forçar a Petrobras a antecipar a produção na Margem Equatorial. O impacto da estatal brasileira, se houver este cenário, deve ser sentido a médio e longo prazo. Também existe a perspectiva de aumento de produção na Guiana e no Suriname.

Do ponto de vista da realidade brasileira, em primeiro lugar, existe todo o debate sobre a soberania dos países e o princípio de não interferência dos EUA na região, que deve ser defendido. Além disso, para o tema da transição energética, esse fato possivelmente vai ser usado para reforçar o argumento da importância geopolítica do petróleo e da necessidade da extração na Amazônia brasileira, conectando a possível expansão na Venezuela e o crescimento recente na Guiana.

Para saber mais:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/na-onu-eua-negam-guerra-contra-venezuela-e-dize-m-que-nao-farao-ocupacao/>
<https://icnnoticias.com.br/onu-diz-que-ofensiva-dos-eua-sobre-venezuela-abre-precedente-perigoso/>
<https://www.jota.info/justica/ataque-e-ocupacao-da-venezuela-pelos-eua-sao-ilegais-mas-especialistas-veem-punicao-improvavel>
<https://forbes.com.br/forbes-money/2026/01/as-querras-do-petroleo-13-intervencoes-dos-eua-para-proteger-o-poder-do-dolar/>
<https://diplomatique.org.br/o-papel-estrategico-da-venezuela-na-geopolitica-energetica-global/>
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/01/03/trump-fala-sobre-operacao-de-captura-de-nicolas-maduro.ghtml>
<https://apublica.org/2026/01/petroleo-e-poder-trump-e-rubio-querem-interferir-em-toda-america-latina-diz-pesquisador/>
<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/01/06/eua-prometem-aumentar-producao-de-petroleo-na-venezuela-qual-e-o-impacto-no-brasil-e-na-petrobras.ghtml>

Lula encomenda o “Mapa do Caminho” para a saída dos combustíveis fósseis

No início de dezembro, o presidente Lula solicitou aos ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente, Fazenda e à Casa Civil a elaboração do chamado “Mapa do Caminho”, um roteiro que, em teoria, irá orientar a transição do Brasil para o fim do uso de combustíveis fósseis. A iniciativa, resultante da proposta feita e não aceita durante a COP 30, em Belém, parece querer tentar conciliar a intensificação da extração de petróleo com a manutenção da imagem do país como liderança ambiental.

A proposta já recebe críticas pela ausência de um processo participativo, o que pode resultar em um documento tecnocrático, com predominância do viés desenvolvimentista entre os ministérios envolvidos.

O plano deverá ser aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), onde as cadeiras destinadas à sociedade civil são ocupadas pela Embrapa e por um consultor do setor energético, levantando questionamentos sobre representatividade.

Ao mesmo tempo, o Mapa do Caminho está sendo elaborado ignorando as discussões em torno do Plano Nacional de Transição Energética (Plante), que estão para ser iniciadas pelo Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), esfera participativa criada pelo próprio governo Lula e que ainda engatinha para se consolidar, em um contexto de pouco apoio e respaldo da administração federal.

Análises indicam que o roteiro pode sustentar o argumento de que a ampliação da extração de petróleo seria necessária para reduzir a dependência externa, tensionando o discurso oficial de transição energética.

Para saber mais:

<https://apublica.org/2025/12/lula-encomenda-plano-para-reduzir-uso-de-combustiveis-fosseis/>
<https://www.oc.eco.br/lula-determina-que-brasil-faca-roteiro-para-saida-dos-fosseis/>
<https://oeco.org.br/noticias/ministros-de-lula-tem-60-dias-para-iniciar-construcao-de-roteiro-para-fim-dos-fosseis-no-pais/>
<https://climainfo.org.br/2025/12/10/as-pedras-no-mapa-do-caminho-para-o-fim-dos-combustiveis-fosseis/>

Congresso derruba vetos à Lei Geral do Licenciamento Ambiental

No finalzinho de novembro passado, o Congresso Nacional derrubou os vetos presidenciais à Lei Geral do Licenciamento Ambiental (LGLA), recolocando em vigor o texto aprovado pelo Legislativo e promovendo mudanças relevantes nas regras do licenciamento ambiental no Brasil.

Entre os pontos mais criticados estão a flexibilização de exigências técnicas, a ampliação de licenças simplificadas, a redução do papel de órgãos como Funai, ICMBio e IPHAN e a possibilidade de dispensa de licenciamento em obras e empreendimentos com impactos significativos. As alterações motivaram questionamentos no STF por possível enfraquecimento das salvaguardas socioambientais.

A LGLA é considerada extremamente importante para setores extrativos como petróleo e mineração. Um elemento chave é a formulação do Licenciamento Ambiental Especial (LAE), que cria procedimentos diferenciados ainda cercados de incertezas quanto a critérios, controle e transparência para projetos econômicos definidos pelo governo como “estratégicos”. Há [análises](#) que apontam que esse sistema de licenciamento será usado especialmente para projetos de exploração de petróleo na Margem Equatorial. Nesse cenário, o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) anunciou a criação de um grupo de trabalho para definir critérios que poderão ser usados para estabelecer quais projetos de mineração poderão ser considerados estratégicos e, conseqüentemente, se beneficiar de processos de licenciamento menos rigorosos.

Para saber mais:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1227650-congresso-derruba-vetos-de-lula-ao-licenciamento-ambiental>
<https://climainfo.org.br/2025/12/18/pv-aciona-stf-contraderrubada-de-vetos-de-lula-ao-pl-da-de-vastacao/>

Governo aprova Plano Clima com compensações ao agronegócio

O governo federal aprovou o novo Plano Clima, instrumento estratégico que orienta a política climática nacional e serve como guia para atingir as metas do Acordo de Paris até 2035. O plano foi validado pelos ministérios no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, após mais de dois anos de articulação intersetorial e será publicado em breve no Diário Oficial da União.

No entanto, a versão final incorpora compensações e ajustes defendidos pelo agronegócio, principal vetor de emissões no país, que vinha obstruindo a publicação do texto original. Para acomodar essas demandas, o MMA revisou a alocação de emissões entre setores e introduziu mecanismos financeiros como expansão de crédito rural, pagamento por serviços ambientais e revisão tributária ao setor. A palavra “desmatamento” foi substituída por “supressão de vegetação”, uma mudança simbólica que atende às resistências do agronegócio.

O plano contempla metas setoriais de mitigação e adaptação (incluindo uso da terra, agricultura, energia, indústria e mineração) mas até agora não há análises públicas detalhadas sobre os capítulos específicos de energia e mineração, áreas centrais para uma transição energética justa e alinhada com as reduções de emissões exigidas pela ciência climática.

A consulta pública continua aberta em plataformas governamentais, o que pode ser um espaço importante para a incidência crítica e proposição de contribuições antes da versão final ser consolidada.

Para saber mais:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/12/governo-do-brasil-aprova-novo-plano-clima-e-fixa-caminho-para-cumprir-meta-do-acordo-de-paris>

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima>

<https://agro.estadao.com.br/sustentabilidade/governo-aprova-plano-clima-com-previsao-de-aumento-das-emissoes-da-agropecuaria>

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/12/governo-lula-aprova-plano-clima-com-acoes-financeiras-para-compensar-agro.shtml>

<https://climainfo.org.br/2025/12/15/governo-aprova-plano-clima-com-compensacoes-ao-agronegocio/>

<https://apublica.org/2025/12/governo-consegue-aprovar-plano-clima-apos-diluir-responsabilidade-do-agro/>

CONAMA aprova resolução inédita sobre Justiça Climática

Nos últimos dias de 2025, o CONAMA aprovou uma resolução que incorpora oficialmente a *Justiça Climática* às políticas ambientais brasileiras. A medida reconhece que os impactos das mudanças climáticas são desiguais e atingem de forma mais intensa populações vulnerabilizadas, como comunidades negras, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e moradores de periferias urbanas. Ao adotar essa diretriz, o conselho estabelece um marco político e institucional que pode fortalecer ações de adaptação, mitigação e governança ambiental em diferentes níveis de governo levando em conta o combate ao racismo ambiental.

Apesar de a [Resolução](#) ter um caráter mais de definição de conceitos seu art. 4 define que “os atos dos entes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA deverão observar os princípios e diretrizes para a promoção da justiça climática”, o que abre caminho para questionamentos e judicialização de licenciamentos ambientais que não incorporem a dimensão da justiça climática em suas análises.

Para saber mais:

<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/conama-aprova-resolucao-historica-sobre-justica-climatica-e-combate-ao-racismo-ambiental>

MPF questiona licenciamento ambiental do mega data center do TikTok no Ceará

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com questionamentos sobre a autorização concedida pelo governo do Ceará para a instalação de um mega data center do TikTok no município de Caucaia, no Complexo do Pecém, em um caso que levanta preocupações socioambientais e de licenciamento.

O projeto, anunciado com previsão de R\$ 200 bilhões em investimentos até 2035, foi autorizado com base em um Relatório Ambiental Simplificado (RAS), mesmo diante de potenciais impactos significativos associados ao seu porte e consumo de recursos naturais. O data center pode ter uma potência instalada de cerca de 300 MW e consumo diário elevado de água — o que, segundo o próprio laudo, justificaria a exigência de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) completo.

As empresas envolvidas (TikTok, Casa dos Ventos e Omnia) afirmaram que o licenciamento foi conduzido conforme a legislação vigente e que possuem licença de instalação. O MPF, por sua



vez, requisitou que a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) se manifeste sobre as possíveis irregularidades no processo.

Para saber mais:

https://www.estadao.com.br/economia/negocios/mpf-questiona-autorizacao-dada-pelo-governo-do-ceara-para-mega-data-center-do-tiktok/?srsId=AfmBOoqLqVymCjdP5KHuCndW1pEsvyCvoiH6vDM6fBLKWYUWH_FRNxoo

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/12/mpf-pede-que-governo-cearense-explique-licenciamento-ambiental-de-data-center-do-tiktok.shtml>

<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2025/12/17/data-center-de-r-200-bi-do-tiktok-no-ce-despreza-danos-diz-pericia-da-pgr.htm>